

Medida Provisória nº 2217-3, de 2001

Autoria: Presidência da República**Iniciativa:****Ementa:**

Altera a Lei nº 10233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

Assunto: Infraestrutura - Viação e Transportes**Data de Leitura:** -**Em tramitação**

Decisão:	-	Último local:	17/03/2026 - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Destino:	-	Último estado:	14/03/2024 - EM TRAMITAÇÃO ANTES DA EC 32

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 2201/1 de 2001

Medida Provisória nº 2201/2 de 2001

TRAMITAÇÃO**26/02/2024** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação:** Medida Provisória permanece em vigor nos termos da Emenda Constitucional nº 32 de 2001. A guarda do processado físico é transferida para o Arquivo Legislativo do Senado Federal.**06/09/2023** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação:** A partir desta data, a matéria passa a tramitar exclusivamente em processado eletrônico. A guarda do processado físico é transferida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para o Arquivo Legislativo Senado Federal. Novos documentos que devam integrar os autos serão juntados à matéria apenas em formato digital.**21/12/2022** PLEN - Plenário do Congresso Nacional**Ação:** A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.**13/04/2022** PLEN - Plenário do Congresso Nacional**Ação:** Anexada cópia do Ofício Nº 174/2022, do Supremo Tribunal Federal, que encaminha certidão de julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5371, que declarou a inconstitucionalidade do art. 78-B da Lei nº 10.233/2001.**17/11/2021** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada da publicação no DOU da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que revoga parte de dispositivo da presente Medida Provisória.

11/11/2008 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

18/05/2006 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Juntado cópia da publicação da Lei nº 11.297, de 9 de maio de 2006, no DOU de 10-5-2006, que revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4-9-2001, conforme consta às folhas nºs 71 a 73.

16/08/2005 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada cópia da publicação da Medida Provisória nº 246, de 6 de abril de 2005, revogando os arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 2001, no DOU de 7-4-2005, Seção I, conforme consta às folhas nºs 68 a 70.

31/05/2004 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada cópia da publicação da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, no DOU de 21 de maio de 2004, oriunda da Medida Provisória nº 155, de 23 de dezembro de 2003, conforme consta às folhas nºs 64 a 67.

31/05/2004 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexado cópia do Ofício SGM/P nº 1481, de 07 de novembro de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal, encaminhando o Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, conforme consta às folhas nº 61 a 63.

27/08/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexadas folhas nºs 59 a 60, referentes a designação da Comissão Mista, atualizada até a presente data.

01/07/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Incluída na Pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003.

25/06/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexadas folhas nºs 56 a 58, referentes ao Ofício nº 143/03-GL/PSDB, de 6 de junho de 2003, do Líder do PSDB ao Presidente do Senado Federal, encaminhando uma lista de Medidas Provisórias, em que o PSDB não terá restrições para votar, em eventual sessão do Congresso Nacional.

02/06/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 55, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de incidência de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

TRAMITAÇÃO

26/03/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 54, referente ao Ofício do Líder do PPB da Câmara dos Deputados de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 4799

12/12/2002 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Anexada folha nº 54, referente ao Ofício da Liderança do PMDB no Senado Federal indicando o Senador Ney Suassuna para a presidência da Medida Provisória.

À SSCLCN.

12/12/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Serviço de Apoio às Comissões Mistas por solicitação.

11/11/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Promulgada a Emenda Constitucional nº 32, em 11 de setembro de 2001, publicada no DOU (Seção I) de 12 de setembro de 2001, que em seu artigo 2º determina:

"Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional".

12/06/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 53, referente ao Ofício do Líder do PFL da Câmara dos Deputados de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

23/04/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 52, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 5704

11/12/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 51, referente ao Ofício do Líder do PPB da Câmara dos Deputados de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 30698-30699

28/11/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 50, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 29725

07/11/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nºs 49, referente ao Ofício do PT da Câmara dos Deputados de indicação de membros para compor a Comissão

TRAMITAÇÃO

Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 27996

06/11/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 48, referente ao Ofício do Líder do PSDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 27563

15/10/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas fls. nºs 05 a 47, referentes à Mensagem nº 595/2001-CN

Publicado no DCN Páginas 21273-21318

19/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Decorrido o prazo regimental, sem a instalação da Comissão Mista, a matéria é encaminhada à SSCLCN.

12/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: No prazo regimental não foi apresentada emenda à Medida Provisória.

10/09/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Serviço de Comissões Mistas.

10/09/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.201-2/2000, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

10/09/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: A presente Medida Provisória revogou e reeditou a Medida Provisória nº 2.201-2, de 24 de agosto de 2001, publicada no DOU de 05-09-2001 (Seção I), sem alterações, convalidando os atos da referida Medida, conforme folhas nºs 02 a 04, anexadas ao processo.

05/09/2001 CN-PLÉG - PROTOCOLO LEGISLATIVO-CN

Ação: Este processo contém 04 (quatro) folhas numeradas e rubricadas. À SSCLCN.

Publicado no DOUE Páginas 1-3

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 2217-

Data: 05/09/2001

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 10233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

Avulso inicial da matéria

Data: 10/09/2001

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação Legislativa:

A presente Medida Provisória revogou e reeditou a Medida Provisória nº 2.201-2, de 24 de agosto de 2001, publicada no DOU de 05-09-2001 (Seção I), sem alterações, convalidando os atos da referida Medida, conforme folhas nºs 02 a 04, anexadas ao processo.

Edição de Diário Oficial

Data: 17/11/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada da publicação no DOU da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que revoga parte de dispositivo da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI Nº 11.483, DE 31 DE MAIO DE 2007: Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.

Ofício

Data: 13/04/2022

Autor: Supremo Tribunal Federal

Local: Plenário do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Anexada cópia do Ofício Nº 174/2022, do Supremo Tribunal Federal, que encaminha certidão de julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5371, que declarou a inconstitucionalidade do art. 78-B da Lei nº 10.233/2001.

Descrição/Ementa: Ofício Nº 174/2022-STF que encaminha certidão de julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5371.

Cópia integral de Processo

Data: 06/09/2023

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: A partir desta data, a matéria passa a tramitar exclusivamente em processado eletrônico. A guarda do processado físico é transferida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para o Arquivo Legislativo Senado Federal. Novos documentos que devam integrar os autos serão juntados à matéria apenas em formato digital.

Descrição/Ementa: Processo físico integralmente digitalizado.